



AVISO DE PRIVACIDADE PARA O WEBSITE



CONTROLO DOCUMENTAL

Versão	Data de Aprovação	Descrição
1	05/07/2023	Versão inicial
2	19/12/2024	Atualização da morada
3	23/12/2025	Correção de gralhas e introdução de referência aos meios de solicitar a revogação de consentimento na subscrição de newsletter

FICHA TÉCNICA:

Aviso de privacidade para o website

Estrutura de Missão «Recuperar Portugal»

Av. João Crisóstomo, n.º 11

1000-177 Lisboa

Telf: 218801120

A EMRP detém todos os direitos de propriedade intelectual sobre o conteúdo do presente documento ou foi devidamente autorizada a utilizá-los. A informação constante deste documentos encontra-se sujeita às regras de proteção legalmente previstas. Nenhuma parte deste documento poderá ser fotocopiada, reproduzida, guardada, traduzida ou transmitida a terceiros, seja por que meio, sem o consentimento prévio por escrito da EMRP.

AVISO DE PRIVACIDADE PARA O PORTAL DA «RECUPERAR PORTUGAL»**Contexto:**

O portal resultadosprrr.gov.pt da «Recuperar Portugal» recolhe e trata dados pessoais no âmbito da subscrição e envio da newsletter, para gerir as subscrições e divulgar informação sobre a execução, os resultados e os impactos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR);

O tratamento de *cookies*, que envolvam dados pessoais, serão tratados na respetiva política e com aviso de privacidade próprio para o efeito.

À luz do RGPD:

O Capítulo III do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) é dedicado à «Transparência e regras para o exercício dos direitos dos titulares dos dados», com o artigo 13.º a indicar, de forma clara, as informações que devem ser facultadas ao titular no momento da recolha dos dados pessoais.

Em termos de conteúdo, para que o portal da «Recuperar Portugal» esteja conforme os requisitos estipulados no artigo 13.º, deve identificar, de forma clara, a identidade e os contactos do responsável pelo tratamento, as finalidades e os fundamentos de licitude, entre outras indicações obrigatórias.

Assim, o aviso de privacidade do portal, deve observar os requisitos estipulados no artigo 13.º do RGPD, nomeadamente:

- A identidade e os contactos do responsável pelo tratamento;
- Os contactos do encarregado da proteção de dados;

- As finalidades dos tratamentos;
- Fundamentos jurídicos e, se for o caso, especificar interesses legítimos;
- Os destinatários ou categorias de destinatários dos dados pessoais;
- Se for caso disso, a transferência de dados pessoais para um país terceiro ou uma organização internacional, e a existência ou não de uma decisão de adequação adotada pela Comissão ou a referência às garantias apropriadas ou adequadas e aos meios de obter cópia das mesmas, ou onde foram disponibilizadas;
- O Prazo de conservação dos dados pessoais tratados;
- Os direitos do titular dos dados: de acesso, de retificação, de apagamento, limitação do tratamento, de oposição, de portabilidade, de retirar consentimento em qualquer altura e de apresentar reclamação a uma autoridade de controlo.
- Se a comunicação de dados pessoais constitui ou não uma obrigação legal ou contratual, ou um requisito necessário para celebrar um contrato, bem como se o titular está obrigado a fornecer os dados pessoais e as eventuais consequências de não fornecer esses dados;
- A existência de decisões automatizadas, incluindo a definição de perfis, e, pelo menos nesses casos, informações úteis relativas à lógica subjacente, bem como a importância e as consequências previstas de tal tratamento para o titular dos dados.

Em termos de redação, deve ser adotada:

- Linguagem simples e direta, facilmente compreensível, evitando o jargão técnico ou jurídico;
- Frases curtas e voz ativa;
- Títulos e cabeçalhos, para identificar partes-chave;
- Formato que permita legibilidade, inclusive em ecrãs menores (tablet, smartphone);
- Formato da política em camadas (*layers*) para destacar, mais facilmente, os conteúdos;

- Escrito no(s) idioma(s) em que a «Recuperar Portugal» comunica no website.

Com estes pressupostos foi elaborado o Aviso de Privacidade do Portal resultadosprrr.gov.pt da «Recuperar Portugal» que se apresenta em seguida.

AVISO DE PRIVACIDADE

Responsável pelo tratamento

O tratamento dos dados pessoais recolhidos no presente portal é da responsabilidade da Estrutura de Missão Recuperar Portugal, adiante designada por «Recuperar Portugal», com sede na Av. João Crisóstomo, n.º 11, 1000-177 Lisboa, em conformidade com o Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, comumente designado por Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), com a Lei n.º 58/2019, de 8 agosto, e demais legislação nacional e comunitária aplicável.

Dados pessoais recolhidos, sua finalidade e licitude

A informação pessoal é recolhida no âmbito da subscrição da Newsletter, sendo recolhido o endereço de correio eletrónico (email), mediante o consentimento do titular dos dados, o qual é conservado enquanto perdurar a subscrição. O cancelamento da subscrição, e consequente retirada de consentimento, poderá ser realizado carregando no link existente para o efeito em cada uma das newsletters ou mediante pedido para o endereço do encarregado de proteção de dados. Se o endereço de correio eletrónico for considerado inválido, por algum motivo, em particular se for persistentemente devolvido, será apagado.

Quando visita este portal, podemos recolher informações técnicas, como o seu endereço IP, data e hora da consulta, detalhes das páginas que visita no portal, outras páginas que visita na internet e o navegador utilizado para consultar o portal, no cumprimento da obrigação legal de garantir a segurança dos sistemas de informação, prevista no n.º 1 do artigo 32.º do RGPD. Estes dados são conservados pelo período máximo de 90 dias. Os dados pessoais

recolhidos não são objeto de qualquer análise, a menos que ocorram eventuais incidentes de segurança, sendo nesse caso, após análise, comunicados às autoridades competentes.

Poderemos também recolher mais dados, mediante o seu consentimento.

Para mais informação pode consultar a nossa [Política de Cookies](https://resultadosprp.gov.pt/politica-de-cookies/) [https://resultadosprp.gov.pt/politica-de-cookies/].

A Recuperar Portugal não procede a decisões automatizadas, incluindo a definição de perfis, no âmbito do tratamento de dados realizado.

O portal resultadosprp.gov.pt contém hiperligações (*links*) para outros *websites*, pelo que se recomenda a consulta às páginas que, dentro desses *websites*, se refiram às suas políticas de privacidade.

Conservação e segurança dos dados pessoais

Os dados recolhidos são armazenados e conservados apenas durante o período de tempo necessário para assegurar a finalidade a que se destinam, referidos anteriormente, durante o qual é garantida a sua integridade, disponibilidade e confidencialidade através da utilização das melhores técnicas, medidas organizativas e de segurança de informação.

Apenas o pessoal autorizado e vinculado ao dever de sigilo e confidencialidade pode ter acesso aos seus dados.

Destinatários ou categorias de destinatários dos dados pessoais

Para que sejam tratados de forma adequada para as finalidades referidas, a Recuperar

Portugal possibilitará o acesso aos seus dados pessoais por parte das seguintes entidades:

- Terceiros que realizam parte da atividade de tratamento de dados, em nome e sob a responsabilidade da «Recuperar Portugal», com base num contrato de subcontratação (subcontratantes) celebrado nos termos do artigo 28.º do RGPD, onde se insere a agência de comunicação que presta serviços de suporte técnico ao portal;
- Os seus dados pessoais poderão também ser comunicados a entidades públicas ou autoridades competentes, se assim for obrigatório por lei ou para prevenir ou punir a prática de infrações de qualquer natureza, incluindo criminal, ainda que de acordo com o disposto no n.º 9 do artigo 4.º do RGPD, “as autoridades públicas que possam receber dados pessoais no âmbito de inquéritos específicos nos termos do direito da União ou dos Estados-Membros não são consideradas destinatários”.

Transferência de dados pessoais para um país terceiro ou uma organização internacional

A Recuperar Portugal ou as entidades subcontratadas não armazenam os seus dados fora do Espaço Económico Europeu (EEE).

Caso a «Recuperar Portugal» ou entidades subcontratadas venham a transferir dados para países terceiros ao EEE, a «Recuperar Portugal» assegurará os direitos dos titulares de dados, garantindo um nível de proteção adequado, optando por empresas sujeitas à legislação de um país coberto de uma Decisão de Adequação, ou através da implementação de garantias que confiram um grau semelhante de proteção àquele que o RGPD confere.

Direitos dos titulares dos dados

A «Recuperar Portugal» assegura a retificação dos dados pessoais inexatos, o seu

apagamento, a limitação do tratamento, o direito de se opor ao tratamento, e a sua portabilidade (quando seja tecnicamente viável), devendo tal ser solicitado, pelo respetivo titular dos dados, através do seguinte contacto: epd@recuperarportugal.gov.pt.

No tratamento de dados recolhidos com o seu consentimento, como é o caso da subscrição da newsletter e nas cookies opcionais, o titular dos dados tem o direito de retirar consentimento em qualquer altura, sem comprometer a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado, carregando no link para o efeito em cada uma das newsletters ou no gestor de cookies disponibilizado para o efeito.

Ao titular de dados pessoas assiste o direito de apresentar reclamação à Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Encarregado de Proteção de Dados

Nos termos da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, foi designado um encarregado de proteção de dados (EPD) que poderá ser contactado através do seguinte endereço eletrónico: epd@recuperarportugal.gov.pt.

Atualização da Política de privacidade

A «Recuperar Portugal» reserva-se o direito de alterar o presente Aviso de Privacidade, sem aviso prévio e com efeitos imediatos, pelo que se aconselha a leitura regular deste documento.

Data da última atualização: 14 de setembro de 2026